



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@columnamagnavita

Na abertura do Cosud, Cláudio Castro defende mudanças na legislação penal e no indexador da dívida dos estados

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, participou, nesta quinta-feira (21), da abertura da 12ª edição do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), em Florianópolis, Santa Catarina. No evento, Castro ressaltou a necessidade de mudanças no indexador da dívida com a União e também na legislação penal. Castro também destacou o diálogo entre os governadores, fundamental para avançar em discussões de interesse dos sete estados integrantes do Cosud, como segurança pública, saúde, meio ambiente e outras áreas, contribuindo para políticas públicas de todo o país.

“O Cosud é um grande orgulho para a gente. Estamos começando a ver as questões discutidas aqui irem para o nosso dia a dia. Estamos exercendo um protagonismo. Há respeito e diálogo entre todos, acima de qualquer diferença partidária. Há respeito constitucional”, declarou Cláudio Castro.

Nesta edição, os debates dos governadores terão como temas centrais a Segurança Pública - incluindo a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo governo federal - e ações de prevenção contra desastres climáticos. Serão discutidos ainda outros assuntos, como a dívida dos estados com a União, temática imprescindível para o Rio de Janeiro e o desenvolvimento dos demais entes da Federação.

“Quando começamos a falar da natureza da dívida, um tema que começou lá no Cosud do Rio, o assunto avançou. Conseguimos aprovar (este ano) no Senado o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). Mas precisamos avançar mais. Há uma resistência do Ministério da Fazenda para a votação do Propag na Câmara dos Deputados. A questão da dívida é mais cirúrgica e central do que se imagina”, ressaltou Castro, defendendo a mudança do indexador da dívida, tornando viável o pagamento por todos os estados.

Endurecimento da legislação penal

O governador também reforçou sua defesa pela mudança na legislação penal, para fortalecer o combate ao crime organizado. Castro propôs estadualizar algumas regras e disse que esse será



GOV RJ

Governador destacou diálogo entre os integrantes do Consórcio para avançar em discussões de interesse comum



Eduardo Valente/Gov SC

Durante a coletiva de imprensa, à frente o governador de SC, Jorginho Mello. Atrás, na sequência: o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande; o governador do Rio, Cláudio Castro (RJ); a vice-governadora de SC, Marilisa Boehm; o governador do Paraná, Ratinho Jr.; o vice-governador do Rio Grande do Sul, Gabriel Souza; e o governador de Minas Gerais, Romeu Zema



Eduardo Valente/Gov SC

Governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, durante a abertura da reunião

outro ponto defendido por ele durante o Cosud.

Grupos temáticos
Além disso, secretários e téc-

nicos dos Estados vão elaborar sugestões e propostas de políticas públicas nas 7 Câmaras Temáticas divididas nas seguin-

tes temáticas: Segurança Pública; Meio Ambiente; Governo; Economia; Saúde; Educação; Desenvolvimento Humano. Os grupos terão espaço para debater até dois assuntos distintos, assegurando um diálogo focado e produtivo.

A abertura do evento contou ainda com a presença de diversas autoridades do Estado do Rio de Janeiro, como os secretários da Casa Civil, Nicola Miccione; de Planejamento e Gestão, Adilson Faria; de Saúde, Cláudia Mello; da Polícia Militar, coronel Marcelo de Menezes; do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Edu Guimarães; do controlador-geral do Estado, Demétrio Farah; do presidente da AgeRio, Sérgio Gusman; além de representantes de outras pastas e órgãos fluminenses.

PINGA-FOGO

■ **DETALHES ÍNTIMOS** - A audiência do Tenente Coronel Mauro Cid, no STF, seguiu a orientação do seu advogado de defesa. Ela foi conclusiva, inclusive descreveu os móveis e ambientes da sala da residência do General Braga Netto. Quem soube dos detalhes ficou perplexo com a disposição do ex-AJO da Presidência de salvar a sua delação.

■ **FORA DE HORA** - A Paraná Pesquisas irritou o ambiente paulistano e de Brasília com a divulgação da Pesquisa de Opinião Pública no Estado de São Paulo. Há dois anos da eleição, o instituto cravou Pablo Marçal em posição de destaque e até em primeiro em um dos cenários. O PL ficou furioso com o Paraná e muita gente querendo saber se o próprio Marçal está por trás desta pesquisa feita ainda sob o calor da eleição municipal. Até o atual prefeito de São Paulo apareceu bem.

■ **NADA A DECLARAR** - E o silêncio do Comandante do Exército e do Ministério da Defesa sobre a prisão dos três militares da ativa e do general da Reserva?

■ **COMEÇOU A ARRUMAÇÃO** - Passando o G20 o governador Cláudio Castro se debruça sobre o desenho do seu secretariado que será anunciado em dezembro. O tabuleiro de xadrez já foi colocado na mesa e começa agora a arrumação das peças.

■ **PAES ESCOLHE** - O prefeito Eduardo Paes começa também a desenhar o seu secretariado para o seu quarto mandato. No desenho, a criação de duas novas secretarias e a mudança de nome de algumas já existentes. Em dezembro os nomes serão anunciados para a posse em janeiro.

■ **SUPER VIP** - O Fairmont vai ferver com a festa de aniversário de Fred Kachar, o número 1 da Infoglobo, neste sábado, 23 de novembro. A lista de convidados super vip foi cuidada com lupa. Teve gente que mudou até viagem ao exterior ao receber a ligação com o convite/convocação.

■ **COMEMORAÇÃO EM NITERÓI** - Atrações nacionais e valorização da prata da casa nas comemorações dos 451 anos de Niterói. O melhor do rock n'roll vai marcar a noite de sábado, dia 23, a partir das 17 horas, no palco montado na Praia de São Francisco. A banda Faixa Etéria, o cantor Gui Schwab e a cantora Pitty prometem grandes shows para festejar o aniversário da cidade que se destaca pelos melhores índices de qualidade de vida entre os grandes municípios brasileiros.

■ Antes disso, nesta sexta-feira, dia do aniversário de Niterói, a grande atração é o cantor Seu Jorge, logo depois do show de Nêgamanda. As apresentações começam às 18 horas. O público pode usar o estacionamento subterrâneo de Charitas, que fica a poucos metros do palco.

■ **ANGRA 1** - A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) autorizou a renovação da licença de operação da usina Angra 1 por mais 20 anos, até dezembro de 2044. A Eletronuclear obteve a informação nesta quinta-feira (21). O investimento total será de R\$3,2 bilhões, entre 2023 e 2027. Os valores serão investidos em quatro parcelas de aproximadamente R\$720 milhões nos primeiros quatro anos (2023 a 2026) e R\$320 milhões em 2027. O processo de obtenção da extensão da vida útil de Angra 1 iniciou em 2019, quando foi oficialmente solicitada a renovação da licença. Desde então, a empresa criou um grupo de trabalho exclusivo para cumprir todas as exigências do órgão regulador e realizar a completa modernização da usina.

■ **FAVORÁVEL** - A decisão favorável foi celebrada pelo presidente da Eletronuclear, Raul Lycurgo, que comparou Angra 1 às usinas com as mesmas características que já receberam o aval para operar por até 80 anos nos Estados Unidos. A extensão da vida útil de Angra 1 pode ser considerada a primeira grande conquista em relação aos projetos prioritários da companhia, que também trabalha para retomar a construção de Angra 3. Este último depende da decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Fernando Molica

É preciso civilizar as Forças Armadas

Ao indiciar 24 militares — entre eles, oito oficiais-generais —, a Polícia Federal deu um passo importantíssimo para acabar com a tutela que fardados teimam em exercer sobre o país.

A tradição intervencionista de militares é uma ameaça mais do que centenária ao país, espada que teima em permanecer sobre nossas cabeças.

A impunidade concedida aos torturadores da ditadura implantada em 1964 e o processo de abertura negociada contribuíram para manter a sombra das fardas em nosso país.

A falta de coragem do poder civil foi também determinante: sucessivos presidentes evitaram enfrentar o poder militares.

Fernando Collor de Mello teve ao menos a atitude de fechar o buraco, em base da Aeronáutica, que serviria para

testes de bomba atômica. Dilma Rousseff desafiou a cumplicidade histórica dos quartéis com a ditadura para abrir a Comissão da Verdade — algo que seria decisivo para sua deposição.

Ela, porém, não levou adiante uma proposta de revisão do ensino nas academias militares que, a julgar por tantas demonstrações de oficiais, continuam presas ao preconceito ideológico e a uma guerra fria que há décadas deixou de existir.

O Supremo Tribunal Federal acovardou-se diante da ameaça feita pelo então comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, que foi ao Twitter clamar contra a concessão de habeas corpus para o então presidente Lula.

A articulação golpista ocorrida no governo passado é resultado de tantas demonstrações de fraqueza. Jair

Bolsonaro ex-capitão contou com a anuência de fardados para bagunçar as instituições militares, mandar às favas a hierarquia e o dever de lealdade à Constituição.

Pelo que apurou a Polícia Federal, não fomos conduzidos a uma nova ditadura graças à atitude de dois dos então comandantes das Forças Armadas, o brigadeiro Baptista Junior e o general Freire Gomes, que não aceitaram compactuar com a quebra da democracia (vale lembrar que o chefe da Aeronáutica era um ativo participante das redes sociais, onde curtiu posts golpistas).

Ambos tiveram uma atitude louvável, mas o que assusta é que a oportunidade de intervenção tenha ocorrido, que Bolsonaro tenha se sentido seguro para tentar efetivar o que sempre alar-

deou fazer em toda a sua vida.

Só chegamos ao limite do rompimento porque oficiais deram corda para o golpe, cansaram de fazer ameaças à democracia. Foram cúmplices com manifestantes que ocuparam áreas de segurança militar — ficam diante de quartéis — para clamar pelo fim da democracia.

O indiciamento de tantos militares e as prováveis denúncias e condenações têm que servir como marco civilizatório. É preciso que o presidente Lula acabe com a lógica da conciliação e faça uma intervenção civilista nas Forças Armadas.

Comandantes militares têm que entender que não foram escolhidos por uma espécie de poder divino, ocupam cargos por delegação da sociedade que paga seus estudos, seus salários,

suas fardas e suas armas. São funcionários públicos que devem obediência ao poder civil, eleito pela população.

É preciso reformular currículos, fazer com que militares chamem de ditadura a ditadura que durou 21 anos, que reconheçam os erros e crimes de antecessores — devem fazer isso pelo bem das instituições que pertencem ao povo brasileiro. Será necessário também rediscutir vantagens excessivas concedidas à categoria não por merecimento, mas por medo do fantasma golpista.

Só assim será possível estabelecer uma nova forma de convivência com os militares, discutir seu papel, redefinir suas funções num país que não tem tradição de confrontos com outras nações. Eles precisam bater continência para a sociedade.